



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials in blue ink]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE
2016

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a quarta sessão do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- LEITURA DE EXPEDIENTE

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2016;**
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;**
- 2.3- PAEL- RELATÓRIO DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2016 (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO)/ACOMPANHAMENTO;**
- 2.4- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 1º SEMESTRE DE 2016(ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO)= APRECIÇÃO;**
- 2.5- LEI Nº 5-A/2004, DE 10 DE FEVEREIRO- LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS= FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2016, A APLICAR EM 2017= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**
- 2.6- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES(IRS) (º 1 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)-=PROPOSTA DE FIXAÇÃO EM 5% DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2017, A COBRAR EM 2018 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO ;**
- 2.7- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) (ARTº 112º DO CIMI, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL= FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2016 A COBRAR EM 2017=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2.8- LANÇAMENTO DE DERRAMA (ALÍNEA B) DO ART. 14º E ARTIGO 18º AMBOS DA LEI N.º 73//2013, DE 03 DE SETEMBRO) , PARA O ANO DE 2016, PARA VIGORAR EM 2017= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.9- PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO; 2.10
- 2.10- PROPOSTA DO NOVO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.11- REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÕES HONORIFICAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= CONSELHO MUNICIPAL DE DISTINÇÕES HONORIFICAS (ARTº 27º)= SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS FINS PRECONIZADOS NAS ALÍNEAS B) E C) DO ARTº 27º DO RADHM= DESIGNAÇÃO DE UM DEPUTADO MUNICIPAL POR CADA GRUPO POLITICO REPRESENTADO NA AM E ELEIÇÃO DE DOIS MUNICIPES ;
- 2.12- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/FALTA DE EFETIVOS DA GNR= ELABORAÇÃO DE MOÇÃO;
- 2.13- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP 'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

III – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Eram quinze horas, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Paulo Soares Gomes, foi declarada aberta esta sessão ordinária. Antes de se iniciarem os trabalhos e porque se verificou a falta do segundo Secretário, Senhora Deputada Maria José Nogueira de Sousa Tavares, o Sr. Presidente da Assembleia, para que a Mesa ficasse completa solicitou às bancadas a indicação de um candidato, tendo sido indicada a Senhora Deputada Urbana Maria Coimbra Sousa, aceite por unanimidade. Ficando desta forma a Mesa completa, iniciaram-se os trabalhos presididos por Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho e por Urbana Maria Coimbra Sousa.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Pedro Miguel Soares Veloso, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa e Domingos Manuel Costa Marques, verificando-se a presença de vinte e cinco deputados, catorze deputados do Partido Socialista (PS); dez deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP). Registaram-se as faltas dos Senhores Deputados Maria José Nogueira de Sousa Tavares, António José Brito Correia, Luís Miguel Ferreira Marques e Márcia Sofia Gonçalves Marques, cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

Iniciaram-se os trabalhos com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: **LEITURA DE EXPEDIENTE**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao primeiro secretário César Fernando Lima Branquinho que começou por apresentar a tomada de posição do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, presidido pelo Senhor Dr. José Morgado Ribeiro, no âmbito da consulta pública ao documento "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente" em que assume ser frontalmente contra a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela- Viseu, EPE, reafirmando que o Centro Hospitalar Tondela Viseu, responde, com qualidade e em tempo útil, às necessidades sentidas pelas populações nesta vasta área do interior do País e manifestando a sua absoluta oposição à centralização, entenda-se litoralização, com um único Serviço para toda a região centro localizada em Coimbra, donde resultaria uma maior dificuldade na acessibilidade a tão importantes serviços, com inevitáveis consequências para as populações servidas pelo Centro Hospitalar Tondela Viseu. Este documento foi dirigido ao Senhor Primeiro Ministro, ao Ministro da Saúde, aos Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo Eleitoral de Viseu, aos Senhores Deputados da Assembleia da República do círculo da Guarda, à Comissão de Saúde da Assembleia da República, ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, ao Senhor Presidente do Conselho da Administração do Centro Hospitalar Tondela - Viseu, ao Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões e aos Senhores Presidentes das Assembleias Municipais dos demais Municípios do Distrito de Viseu. Em suma, disse o Senhor deputado, este documento da CIM Dão Lafões está contra a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, que é um Centro Hospitalar que abrange o distrito de Viseu estando coligados Tondela e Viseu, assunto que a todos diz respeito em defesa da saúde e mais da saúde Pediátrica, considerando que a Assembleia Municipal se devia pronunciar, no



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

sentido de comungarem da mesma opinião do Conselho Intermunicipal Dão Lafões. Nesta senda, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação da tomada de posição do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões contra a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE e abriu o ponto a discussão. Não havendo intervenções, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Seguidamente, o deputado César Fernando Lima Branquinho leu o e-mail do Senhor Deputado António José Brito Correia a justificar a falta e simultaneamente, em nome do grupo parlamentar do PSD, reiterar a necessidade das sessões da Assembleia Municipal se realizarem aos sábados ou a haver necessidade de se realizarem em dias de semana que as mesmas se iniciem a partir das 17h00, tendo em conta que existe um conjunto de outros Deputados que, por razões similares, também não irão poder estar presentes. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal justificou a razão por a sessão não se ter realizado no sábado anterior, dia 21, devido ao facto de um dos assuntos a incluir na Ordem do Dia ser objeto de discussão na reunião do executivo de 27 de setembro. Tomou nota da recomendação do horário das 17 horas, informando que só em casos excecionais é que as sessões não serão realizadas aos sábados conforme ficou estipulado.

Fez chegar a todos os Deputados, por ter havido um problema de impressão, uma tabela que vinha em branco na informação da atividade municipal.

Seguidamente, abriu as inscrições para intervenções dos Senhores Deputados neste período. Inscreveram-se os Senhores Deputados Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Marco Paulo Antunes Varela e Manuel Luís Leitão Morais, César Branquinho. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Leonel Antunes Gouveia, também se inscreveu neste período, para fazer uma declaração. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que cumprimentou todos os presentes, justificando que não é seu hábito intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, mas que o faz na qualidade de responsável máximo da Proteção Civil Municipal. Assim, apresentou um voto de agradecimento e de louvor às várias entidades que integram a Proteção Civil Municipal, destacando o papel importante da população no combate aos incêndios que assolaram o concelho de Santa Comba Dão, em agosto último, evitando, deste modo, aquilo que poderia ter sido uma tragédia para o concelho, colocando-o à consideração do órgão deliberativo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação esta moção de louvor e agradecimento, que foi aprovada, por unanimidade.

Em seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira que, depois de cumprimentar os presentes, justificou que, por motivos de ordem familiar, não pode estar presente no



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

jantar do Santacombadense Lauro Gonçalves, realizado no dia vinte e quatro do corrente mês, aproveitando a oportunidade para, em nome pessoal e em nome do CDS/PP local, solidarizar-se com esta iniciativa que foi justa e louvável, visto que o Senhor Lauro Gonçalves é um homem e político que ficará para sempre ligado à história deste concelho, defendendo os seus superiores interesses. Com todo o respeito e sinceridade desejou votos de saúde e que continue a cultivar a sua boa disposição e bom humor que caracterizam a sua forte personalidade, agradecendo por tudo o que o Senhor Lauro Gonçalves fez por este concelho.

Em relação ao que ouviu da proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que é muito raro nos dias que correm os próprios munícipes sentirem responsabilidade de serem, eles, os atores principais no combate a um fogo, acrescentando que quando todos remam para o mesmo sitio, ou seja, munícipes, bombeiros e outras forças tudo se consegue evitando deste modo que o fogo se propague e tome outras dimensões. Portanto, considerou muito justa a proposta agora aprovada, por unanimidade. Com a nota de que não pretende atingir nada nem ninguém a título pessoal, tratando-se apenas de questões de ordem política do CDS/PP, passou a ler: *“ Entramos na reta final desta legislatura. Se pensarmos naquilo que sucedeu ao longo dos últimos três anos constatamos, infelizmente, que o presente não nos trouxe, como seria expetável, alterações significativas para os Santacombadenses, ainda que, no início deste mandato, se pudessem deslumbrar algumas luzes de um futuro mais promissor. Se prendermos o nosso olhar nos diversos domínios da sociedade autárquica, sejamos realistas, não há um que consiga realçar, nomeadamente, em setores vitais que poderiam e deveriam evitar um virar de página no nosso concelho, como seja, na indústria, turismo, comércio, social, cultural e desportivo. Na sua opinião não significa, porém, que o nosso concelho tenha mergulhado num marasmo absoluto ou numa apatia total, mas sim fez-se alguma coisa, no entanto, nada que perdure na nossa memória, nada importante que marque a nossa memória. Desde o início deste mandato e aqui nesta casa que o CDS/PP tem defendido que os princípios financeiros deste concelho apesar, dos estrangulamentos financeiros com que a autarquia se debate, responsabiliza todos os partidos políticos, Executivo, Vereação e Assembleia Municipal, desafiando-os a tentar conjugar esforços no sentido de promover todos juntos desenvolvimento sustentado global deste nosso querido e lindo concelho. Não nos podemos contentar com o anuncio da instalação de uma unidade de Industrial que numa primeira fase vai criar sessenta postos de trabalho. É muito pouco para uma população que anseia emprego e em particular, para os jovens. Não nos podemos contentar com a abertura do Solar do Morgadio apesar do investimento avultado que representa porque num domínio tão apelativo e fascinante como o turismo é muito pouco. A riqueza que o nosso concelho possui, assente no binómio*



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

turismo e qualidade de vida, se houver visão estratégica e persistência todos nós podemos aspirar a um bem estar mais risonho. Não nos podemos contentar com a riqueza de um comércio em estado letárgico, com a ajuda da autarquia proceder igualmente de formas mais modernas e atraentes e captar nova clientela vinda, não só, de várias partes do nosso concelho como também de outras zonas mais distantes. Não devemos contentar-nos apenas à musica embora ela desempenhe um papel prevalecte no nosso concelho, através do contributo valioso do CMAD, das Filarmónicas e dos Ranchos sendo de todo inquestionável. A cultura deve assumir uma visão multifacetada como o teatro , esporádicas sessões de poesia espalhadas pelas aldeias deste concelho, leitura de contos na Biblioteca Municipal e em Lares da terceira idade, sessões de cinema, concursos literários e encontro de escritores. Existe uma listagem infindável de propostas e sugestões, mas ficamos por aqui e como disse isto não é nenhuma critica mas uma série de sugestões para que o nosso concelho possa olhar para o futuro como muita esperança.”

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Pedro Veloso que, depois de cumprimentar todos os presentes, questionou o Sr. Presidente sobre os custos diretos e os custos indiretos que a Câmara Municipal teve com as festas de Santa Comba Dão .

Seguidamente , usou da palavra o Deputado Luís Leitão Morais que , depois de cumprimentar todos os presentes, colocou duas questões. A primeira relaciona-se com as festas de Santa Comba Dão realizadas no mês de agosto, relembrando que o evento tem evoluído positivamente e pode ser testemunhado e confirmado por quem acompanhou e participou nas festas. Lembrou a importância que as festas de Santa Comba Dão sempre tiveram no panorama regional, dando nota que existem registos que a dominavam Festa Grande e que atraía gentes de todas as Beiras. Assim, têm um modelo maioritariamente sustentável e que serve, no momento, para a afirmação do desenvolvimento da região, tornando o momento de reencontro da nossa comunidade, felizmente, de emigrantes do concelho. Nas festas de Santa Comba Dão pode-se encontrar várias áreas de lazer, tradição das tasquinhas onde as mesas se enchem de comida e conversa, a montra gastronómica de pratos tradicionais, espaços de atividades lúdicas para crianças e adolescentes, havendo artesanato e a visita da Comba Expo. Considerou imperioso informar que as festas obedecem a iguais critérios e regras e que, para isso, foi criado um plano geral das festas no regulamento de compromisso das entidades e associações. Acrescentou que este modelo organizacional é constituído por uma comissão executiva das festas de Santa Com Dão, composta por quatro representantes do movimento associativo e um representante da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, que assume a organização técnica e logística do evento, assumindo um papel executivo e prestando todo o apoio logístico no sentido da melhor execução dos trabalhos. Referiu que praticamente as festas foram preenchidas e abrilhantadas,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

durante as cinco noites, por artistas do concelho o que demonstra a preocupação de promover os enormes talentos que cada vez mais estão presentes neste concelho. Deixou um grande agradecimento a todos os patrocinadores e empresas presentes na Comba Expo, às Artesãs que participaram neste certame e deixou uma palavra de apreço às Associações envolvidas, nomeadamente, ao Grupo Desportivo dos Pinguinzinhos, Grupo Coral Polifónico, Tuna do Santo Estêvão, AMAD, ao núcleo de Santa Comba Dão da Liga Contra o Cancro, ao Centro Recreativo e Cultural e Social de Vila Pouca, ao Centro Social de São João de Areias, à Associação Profissional de Desporto, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários representada pelo núcleo da Juber Bombeiros. Falou da importância da disponibilidade do Município, bem coordenada pelo executivo Municipal, questionando o Sr. Presidente sobre quanto é que o Município gastou neste importante evento cheio de cultura e de tradições.

A segunda questão diz respeito à notícia que saiu no Jornal do Centro, citando alguns parágrafos *“antigo Presidente e Vereadores multados pelo Tribunal de Contas” “ só o então Vereador Leonel Gouveia não foi notificado porque na altura de 2009 durante um período de audição prévia do Tribunal de Contas ainda foi a tempo de contestar a multa com base em argumentos por ter votado com a restante vereação do Partido Socialista contra o orçamento das contas de gerência de 2009. Na altura a oposição Socialista optou pela abstenção com uma declaração de voto porque dizia lamentar a situação financeira que este executivo em apenas três anos colocou o Município, dado que o passivo da Câmara no orçamento não contemplava nenhum investimento.”* Referiu que trouxe esta notícia porque quem apoia o atual executivo verifica que Câmara Municipal está a pagar dívidas porque a anterior oposição fez *“queixinhas”*, mas considera, apenas, que fizeram o seu dever como oposição, se havia irregularidades, participaram e posteriormente o Tribunal é que irá decidir se realmente há ou não motivo para a pessoa transitar a culpado.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Luís Pereira que, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que irá focar três aspetos que têm a ver com o dia onze de agosto. Disse que o primeiro o Senhor Presidente já tinha falado que foi louvar o desempenho de todos os intervenientes no incêndio. Efetivamente foi notável e ímpar. Referiu que, no dia do incêndio, se apercebeu do estado dos caminhos florestais, na zona do Vimieiro, porque várias vezes serviu de guia aos bombeiros e verificou que há mais de dez anos que não têm manutenção e que estão a precisar de intervenção. Quando for oportuno e tendo em conta que a linha da Beira Alta voltou a sofrer, alegadamente, de incêndios de comboios, devem os caminhos ser arranjados para permitir que os Bombeiros cheguem mais rapidamente e com mais segurança aos sítios.

O segundo ponto tem a ver com os desenvolvimentos posteriores ao incêndio porque, na sua opinião, a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Câmara Municipal tem apoiado os lesados do incêndio, alegadamente provocado pelo comboio, mas teve conhecimento que a empresa não assume as responsabilidades e que foi criada uma comissão de averiguação e tendo em conta, o historial das comissões de averiguação do nosso País, diz temer pelo desfecho que esta situação possa ter. Os proprietários podem não ser indemnizados dos valores que perderam, em muitos casos os valores não serão avultados, mas diz que têm de ter em conta que a população é envelhecida e são pequenos proprietários, sendo a floresta, muitas vezes, o seu pé de meia . Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecimento sobre o ponto de situação deste assunto. Tomou a palavra o primeiro Secretário, César Branquinho, que interveio dizendo que o grupo parlamentar do Partido Socialista , apresenta um voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Maria do Carmo de Sousa Sá Almeida de Andrade Ferreira , que além de Professora e Coordenadora do Ensino Recorrente foi Deputada da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para colocar à consideração este voto de pesar e que seja comunicado à sua Família este sentido de pesar. Nesta senda, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar, que constitui o anexo um da presente ata e dela fazendo parte integrante, a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Por último, interveio o Senhor Deputado Marco Varela que, depois de cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção constante do anexo dois da presente ata e dela fazendo parte integrante, subordinada ao tema Educação- Arranque do ano escolar 2016/2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas, que começou por responder à questão do Senhor Deputado Marco Varela que se prende com a falta de recursos humanos nos Centros Escolares, referindo que é uma realidade. Disse terem colocado esta questão, insistentemente , por escrito à Secretaria de Estado das Autarquias Locais e ao Ministério da Educação, pois os Municípios que estão em rutura financeira e desequilíbrio financeiro estão impedidos de fazer qualquer tipo de contratações. Adiantou que o Ministério da Educação ao longo de muitos anos não tem substituído os trabalhadores que se aposentam. Os Municípios valem-se, na sua opinião, de um procedimento que têm ao dispor que é recrutar os POCS não considerando um processo correto por várias razões, ou seja, não é um recurso que resolva o problema, verdadeiramente, porque vai colocar ao serviço pessoas que não têm formação adequada para o desempenho das funções, apesar de terem tido alguma sorte no recrutamento dos operacionais . Estão a ser recrutadas pessoas para desempenhar funções temporárias e no fundo estão a ocupar postos de trabalho a tempo inteiro. Considera que o Estado tem de encontrar um mecanismo para resolver esta



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

situação, porque estão a recrutar pessoas, desempregadas, que apesar de desempenhar um posto de trabalho continuam desempregadas, não lhes contando este tempo de serviço para a aposentação e perdem uma série de regalias. Adiantou que é um recurso que têm de usar porque não têm outro. Relativamente aos recursos humanos têm uma série de POCS pedidos que estão autorizados mas estão à espera que os coloquem. A informação que deram do Instituto de Emprego e Formação Profissional é que serão colocados em breve. No que diz respeito à questão da EB 2,3 na parte do aquecimento é uma obra que já está a ser realizada. Informou que a Câmara Municipal já colocou a cobertura e vão substituir a caixilharia e vidros. Deu conhecimento do acordo de colaboração para a requalificação e modernização das instalações da EB2,3 celebrado com o Ministério da Educação, em que o custo da empreitada para a modernização da escola é estimado em duzentos mil euros, sendo a Câmara Municipal a dona da obra. O Município irá suportar o valor de quinze mil euros, correspondente a 7,5% do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, o Ministério da Educação suportará também o mesmo valor e os restantes 85% serão suportados por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2020. Irão submeter, durante o mês de outubro, a candidatura a fundos comunitários e seguidamente vão desencadear o processo concursal para que a obra se realize. Referiu que não tencionam que esta seja a última obra naquele tipo de edifícios porque o sucesso dos alunos depende, também, do seu conforto na sala de aula e que o Município deu como prioridade, em termos de investimento, precisamente, a área da educação. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Luís Pereira, sobre o incêndio de agosto, esclareceu que não foi possível fazer chegar a moto-niveladora a todos os lugares, mas foram feitas intervenções em muitas Freguesias, referindo a intervenção feita em São João de Areias que evitou que o incêndio naquela freguesia não tivesse atingido outras proporções. Chegará a altura em que os outros caminhos do concelho serão limpos e preparados. Fez saber que a Câmara Municipal lançou o desafio aos lesados no sentido de ser o seu representante na reivindicação dos prejuízos, tendo reunido com estes para apresentarem as certidões das finanças onde constassem as parcelas que têm. A arquiteta Patrícia Nascimento que é a responsável pelo Gabinete Florestal esteve permanentemente no terreno a acompanhar o incêndio juntamente com o comando dos bombeiros e está a validar no terreno aquilo que foram as reclamações feitas pelos munícipes. Informou que teve uma reunião na Infraestruturas de Portugal e o que a empresa alega que o comboio foi mandado parar, feita uma vistoria e que não encontraram nenhuma irregularidade, no entanto há testemunhos da existência de focos de incêndios na estação. Também informou que os responsáveis não quiseram assumir as responsabilidades e que achou por bem



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

levar o assunto para um processo de contencioso. Mais informou que foi acordado criar uma comissão de investigação composta por quatro elementos, um dos quais é a Câmara Municipal, que será representada pela arquiteta Patrícia Nascimento e que as ações desta comissão irão ser realizadas em Santa Comba Dão. Estão a trabalhar no sentido de terem o máximo de indicadores para apurarem as responsabilidades e o que já sabem é que aquele operador utiliza equipamento diferente do que é utilizado pela CP no que diz respeito ao sistema de travagem. Sabem que os comboios de passageiros não provocam faíscas e que utilizam material diferente do que é utilizado pela TAKARGO Foram todos estes indicadores e testemunhos que recolheram para que rapidamente cheguem a uma solução.

Relativamente às questões sobre as festas de Santa Comba Dão, o Senhor Presidente disse que graças ao empenhamento de todas as associações envolvidas, aos funcionários da autarquia, e ao pelouro da cultura representado pelo Vereador João Tomás, no fundo por todo o trabalho feito em equipa, as festas da cidade têm vindo a melhorar de ano para ano. As festas praticamente não se notavam e atualmente já se fazem festas com alguma dignidade. Na sua opinião os emigrantes gostam de ver a sua terra Natal a evoluir, ou seja, de verem o melhor para a sua terra e muitas vezes fazem comparações com o que se passa com os concelhos vizinhos. Considera que é um sinal de que o concelho está "vivo" e está a caminhar para o desenvolvimento, contrariamente, àquilo que disse o Senhor Deputado Rui Jorge. Relativamente às contas, deu conhecimento que não é a Câmara Municipal a responsável pela organização das festas mas sim uma comissão de associações de quem a autarquia é parceira e esse apuramento de contas depende do trabalho dessa comissão. Adiantou que a curto prazo devem apresentar junto da Câmara e da Assembleia Municipal as contas das festas de 2016. No que diz respeito à apresentação que o Senhor Deputado Rui Jorge fez o Senhor Presidente disse que todos os Santacombadenses sabiam que este seria um mandato difícil e de sacrifício, porque se querem desenvolvimento têm primeiro que "arrumar a casa". Com esta questão não pode deixar de falar novamente na situação financeira em que se encontrava o Município, referindo que a primeira prioridade foi equilibrar as contas do Município e não à custa de fazer empréstimos a curto prazo e empréstimos a médio e longo prazo, como alguém se lembrou de escrever um dia destes na comunicação social. É do conhecimento de todos e foi dado a perceber pelas contas de 2014/2015 a enorme redução de endividamento que foi feita e esta redução não foi transformar um endividamento em outro, mas sim reduzi-lo. Informou que passaram de uma situação de rutura financeira em que estavam obrigados a ir ao FAM para uma situação de saneamento financeiro. Todo este trabalho foi de credibilização do Município perante a banca, as instituições e perante os fornecedores, para que tivessem a possibilidade de relançar o desenvolvimento do concelho, acrescentando que não ficaram parados à espera que tivessem condições. O



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente concordou com o Senhor Deputado Rui Jorge ao dizer que uma fábrica é muito pouco para o desenvolvimento industrial, mas recordou que há muitos anos não se instalava uma industria em Santa Comba Dão com esta dimensão e com a oferta de oitenta a noventa postos de trabalho. Informou que está em vista o aparecimento de mais unidades, ou seja, uma fábrica que está já criada dentro de um grupo mas que vai apresentar uma nova unidade e uma outra empresa que se vai requalificar, ampliar e aumentar os postos de trabalho. O Senhor Presidente deixou bem expresso que estava satisfeito com o trabalho realizado, mas que estava de consciência tranquila com tudo o que fez com a sua equipa. Naturalmente estão insatisfeitos porque queriam muito mais, mas como sabem as limitações resultantes da competitividade dos concelhos vizinhos relativamente a Santa Comba Dão é grande, mas mesmo assim têm feito aquilo que é possível. A nível cultural, Santa Comba Dão está a ser uma referência, como todos dizem fora do concelho, no panorama musical fruto de um trabalho que tem sido feito ao longo destes anos pelas Filarmónicas e fundamentalmente pelo facto de se ter um Conservatório de Musica e Artes do Dão, que tem feito um trabalho fantástico, referindo que muito recentemente tiveram um estágio internacional de orquestra de sopros Wind Orchestra Summer School Buffet Crampon, que terminou com um concerto na Casa da Cultura, com o maestro António Saiote, uma verdadeira referência no panorama nacional e Internacional de clarinete e direção de orquestra, que deixou um enorme abraço de parabéns ao Conservatório, ao Município e aos alunos que estavam naquele estágio, referindo-se, também, aos alunos do Conservatório, classificados nos dois primeiros lugares no concurso Internacional nos Estados Unidos. O Senhor Presidente fez ainda menção aos músicos de Pinheiro de Ázere e de São João de Areias que são hoje referências a nível regional, nacional e alguns a nível internacional. Informou que o Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão vai abrir mais um curso profissional de música o que vai levar mais jovens a optar pela sua formação musical, tanto ao nível do Ensino Secundário como do Ensino Superior. A nível do turismo referiu o Solar do Morgadio, com vinte suites e espera que tenham sucesso. Neste momento está em vista mais uma unidade de alojamento local prevista para o concelho, tendo já sido aprovados os projetos de arquitetura e irão instalar-se no Granjal. O Senhor Presidente informou, ainda, que um particular, que se empenha em várias áreas, adquiriu, algumas casas no Rossio para as transformar em alojamento local. A pouco e pouco vão existindo unidades de alojamento local e têm de ter oferta cultural. Na área de requalificação urbana têm de ser criadas condições para que as pessoas visitem Santa Comba Dão. Salientou que as condições financeiras não permitem mais do que o que estão a fazer e esperam que este mandato, de muito sacrifício, venha a ser a base para que Santa Comba Dão venha a ser um grande concelho no futuro.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Para terminar e em relação à questão colocada pelo Senhor Vereador Luís Leitão, relativamente, à notícia que saiu no Jornal Centro sobre a questão de multas no Tribunal de Contas, esta diz respeito à prestação de contas de 2009, dizendo que o seu nome não aparece na listagem porque apresentou a sua defesa e que os Vereadores do Partido Socialista, desse ano de eleição, se descuidaram na sua defesa. Disse que Partido Socialista se orgulha do trabalho da oposição que fez durante os oito anos em que foi vereador da oposição. Fizeram um trabalho permanentemente responsável porque se o Partido Socialista fosse ouvido nas críticas e nas sugestões que deram hoje Santa Comba Dão não estaria na situação difícil em que está. Relativamente à prestação de contas de 2009 foi efetuado um empréstimo de saneamento de seis milhões de euros que entre outras coisas era para pagar a dívida a fornecedores e ficava ainda com uma alavanca de um milhão de euros para fazer face aos fundos comunitários. A prestação de contas de 2009 votada em 2010 em que o Partido Socialista votou contra porque o endividamento aumentou e o curto prazo não diminuiu e portanto o endividamento global aumentou, ou seja, como se pode ver o que era para resolver um problema aumentou ainda mais esse problema. Para terminar, disse que se lhe perguntassem se hoje faria a mesma coisa enquanto Vereador da oposição disse que faria ainda pior.

Quanto à outra questão apresentada pelo Senhor Deputado Luís Leitão relativamente à devolução do dinheiro por fazer "queixinhas", disse que a sua consciência nunca será beliscada por nenhuma atitude que tome enquanto servidor do Estado. No que diz respeito à EX- N2 têm de devolver o dinheiro. Em junho de 2011 fizeram uma participação à CCDR, à CIM Viseu Dão Lafões, à Inspeção Geral das Finanças e ao então Presidente da Câmara Municipal, referindo que tinham sido efetuados pagamentos desta obra e que a obra ainda não se tinha iniciado. O Senhor Presidente de então assumia que estava a fazer obras em outro lado. O mais grave é que não existiam nenhuns autos de medição daquilo que não se fazia aqui mas que se fazia ali. Nunca ninguém na Câmara se preocupou em saber o que foi feito. Quando foi feita uma auditoria em 2014, verificou-se que só vinte e seis por cento da obra estava executada e não se sabia onde estava e onde foi gasto grande parte desse dinheiro. O anterior Presidente, quando recebeu a carta da oposição em junho de 2011, estava muito a tempo de corrigir o que estava mal, porque estavam em 2011 e tinham tempo de arrear caminho e colocar as coisas no lugar. A resposta do anterior Presidente à CCDRC foi a seguinte: "Tomamos conhecimento de duas cartas enviadas pelos Vereadores do Partido Socialista relativamente a eventuais irregularidades cometidas pela Câmara Municipal em dois procedimentos concursais que foram candidatos e aprovados pelo procedimento comunitário. Não partilhando esta forma de fazer política abstermo-nos de qualificar a atitude dos senhores vereadores deixando a avaliação de tal ato para que quem tem a responsabilidade de analisar a pretensa denuncia, mas também para os



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santacombadenses. No entanto não podemos de deixar de manifestar a nossa indignação ao mesmo tempo que garantimos a integral legalidade dos atos e manifestamos a nossa total cooperação e disponibilidade para uma auditoria aos processos referidos na queixa e para todos os que a Câmara Municipal se submeteu ao QREN.” Face ao exposto, referiu que tinham como objetivo que o Presidente de então arrepiasse caminho, caminho que para eles estava correto. Não culpa só a Câmara Municipal, mas também a Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Centro que sabendo da situação não veio ao terreno verificar o que estava a acontecer. O Senhor Presidente referiu que hoje faria pior, ou seja, iria colocar-se à porta da CCDR, com a comunicação social ao lado, e perguntar quando é que vinham fazer a auditoria porque não estava a ofender ninguém mas estava a defender os interesses de Santa Comba Dão.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente pediu e usou da palavra o Senhor Deputado Rui Jorge para dizer que as suas palavras não foram bem entendidas e compreendidas e que quando falou no aspeto cultural não se podem limitar ao aspeto musical. Acrescentou que o CMAD e as Filarmónicas são uma mais valia extraordinária, neste concelho, porque sem a existência desses vetores a cultura estaria mal. Não referiu que na cultura foi tudo mau mas que a cultura é algo multifacetado e não se pode nem se deve restringir ao aspeto musical por muitos e bons músicos galardoados e tem consciência deste aspeto, o que não evita que se tenham outras manifestações culturais. O que defende é que o povo está longe destas manifestações que se realizam na Casa da Cultura, não tendo possibilidades de se deslocar e por essa razão devem levar a cultura a outros sítios para verem e ouvirem aquilo que têm de bom no domínio da cultura.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e não querendo entrar em polémicas explicou que o grande investimento que têm de fazer em Santa Comba Dão é criar massa crítica e criar pessoas com capacidade de investir e inovar e de fazer melhor. Infelizmente, referiu, é uma constatação que em Santa Comba Dão existem muitas pessoas a criticar e poucas pessoas a mostrar que são capazes de fazer. Terminou dizendo que este é o grande problema de Santa Comba Dão e deveria ser um grande motivo de reflexão para todos.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que o que falou anteriormente não é de todo uma crítica ao Deputado Rui Jorge, pessoa por quem tem estima e consideração e que considera um homem muito empreendedor.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do art.º19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2016.**

Dispensada a leitura por ser previamente distribuída a todos os membros do deliberativo e não havendo pedidos de intervenção o Senhor -Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação a ata da sessão ordinária anterior, em cumprimento do prescrito no número 2 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Não participou na votação a Senhora Deputada Urbana Maria Coimbra de Sousa, por não ter estado presente na sessão.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal este disse que queria acrescentar à informação que foi enviada aos Srs. Deputados alguns dados mais recentes. Assim, deu nota que, no próximo fim de semana, haverá uma intensa atividade social, cultural e desportiva. Nos dias dois e três de outubro, vai decorrer, no Pavilhão Gimnodesportivo, a primeira Mostra Social, a comemoração do " Dia Mundial do Coração " e a comemoração do " Dia do Idoso", convidando os senhores deputados para estas iniciativas que terão o seu início às 10 horas e que se prolongarão durante todo o dia com várias atividades desportivas e de âmbito social, destacando às 16 horas a exposição do coletivo artístico MAE- Movimento, Arte, Experiência, com o título " 30 Desenhos, 30 Histórias- a Voz da terceira idade" e a realização de um Workshop promovido pela Confraria da Urtiga. No dia 3 de outubro, a partir das 14h30 vai ser comemorado o Dia Mundial do Idoso, com a participação de todas as IPSS do concelho. Disse que a Mostra Social é um trabalho de parceria entre o município e todos os intervenientes na área social do concelho e tem como objetivo dar a conhecer as ofertas e ou respostas sociais do concelho, proporcionando troca de experiências e momentos de convívio e animação. No dia um de outubro, vai ser comemorado o Dia Mundial da Música, com a participação do Quarteto de Cordas do CMAD, das Filarmónicas de: Pinheiro de Ázere, Santa Comba Dão e São João de Areias e do Grupo Be Flat, dando conhecimento do respetivo programa. Informou que foi assinado um protocolo no passado dia 5 de julho com a Infraestruturas de Portugal para ligação do troço da estação de caminho de ferro até à Ecopista do Dão e que estão a trabalhar num projeto para que possa ser submetido a uma candidatura para fundos comunitários. Com vista à requalificação da EB 2,3,

14



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

como já referiu, estão a fazer o levantamento de todas as obras a realizar. Na área da Educação e no que diz respeito à questão dos livros e ao apoio sócio-educativo, informou, que este ano os alunos do 1º ano tiveram um livro ofertado pelo Ministério da Educação e o Município ofereceu os cadernos das atividades e material básico para os alunos de escalão A e cadernos de atividades de todas as disciplinas do escalão B. No 2º, 3º e 4º ano vão dar o apoio sócio-educativo e como, habitualmente, contribuem com o escalão A e manuais de atividades a todas as disciplinas. Para que os alunos possam ter uma aprendizagem condigna na escola, o Município tem procurado manter em bom estado os Centros Escolares. Referiu, ainda, que fizeram um protocolo entre o Município e Associação de Pais, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular e à semelhança do ano passado continuaram a realizar-se as Atividades de Enriquecimento Curricular no Pré-Escolar. Mantiveram o protocolo com a Associação de Pais no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família entre as 15h30 e as 17h30. Estão a analisar a possibilidade de fazerem o prolongamento de horário no Pré-Escolar para os alunos dos três Centros Escolares, se esta necessidade se confirmar. Este prolongamento irá realizar-se no Centro Escolar Centro em que os alunos dos outros dois Centros Escolares serão transportados para o Centro Escolar Centro e depois os pais terão de os ir buscar. No segundo período, os alunos do 4º ano irão ter piscina. Relativamente às iniciativas da Casa da Cultura foram muitas e com uma referencia especial ao trabalho feito pelo CMAD com o musical " Ilha do Tesouro" que trouxe muita gente a Santa Comba Dão. Estas iniciativas culturais ajudam a desenvolver Santa Comba Dão e trazem pessoas de outras paragens. Referiu-se ao estágio da orquestra internacional de sopros Wind Orchestra Summer School Buffet Crampon que decorreu entre o dia 5 a 10 de setembro, à academia artística da Filarmónica de Santa Comba Dão que complementou um programa em parceria com APDEF, a Associação de Pais, o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal. Deu nota do programa " Tou de Férias " que envolveu novecentos e oitenta e sete participantes, oitocentos e dezanove, dos seis aos quinze anos, durante catorze semanas que dá uma média de cinquenta e nove crianças por semana. O programa decorreu durante os meses de junho, julho, agosto e setembro também com um número de cento e sessenta e oito, participantes, dos três aos cinco anos, com quinze alunos por semana, também nos mesmos meses. O Município apoiou durante quarenta semanas através do Gabinete da Ação Social, pagando as refeições, transportes pontuais para as atividades, disponibilizou Assistentes Operacionais e espaço para a realização destas atividades. Mencionou que esta iniciativa envolveu um custo para o Município no valor de sete mil duzentos e cinco euros. Permitiu que todos os pais ocupassem os seus filhos durante os meses antes referidos com atividades muito interessantes. Relativamente ao Gabinete de Planeamento estão a trabalhar no programa 2020 em que elaboraram a delimitação da ARU -Área de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Reabilitação Urbana, o projeto de arquitetura e especialidades da Unidade de Saúde de São João de Areias, devidamente aprovado, e que tem um protocolo com a Administração regional Saúde. O Senhor Presidente deu nota de alguns trabalhos a realizar, nomeadamente ao abrigo da candidatura ao ARU e do projeto de requalificação da Escola EB 2,3 de Santa Comba Dão. Deu conhecimento ainda que vão deslocalizar a exposição David Oliveira da Casa da Cultura para a Casa Dos Arcos, para que esteja permanentemente visitável. Com esta transferência passará a ter o nome de Centro Interpretativo de Medalhística. No que diz respeito à situação financeira, fez uma análise sucinta da mesma e que se encontra espelhada na informação entretanto enviada aos senhores deputados. No que diz respeito aos processos judiciais, o Município, relativamente a uma ação intentada pelo Pedro Miguel Soares Bruno Ricardo, foi condenado, num processo intentado pelo Pedro Miguel Soares Ricardo, respeitante a trabalhos prestados em 2006,2007,2008 e 2009, a pagar a quantia de cinquenta e sete mil e duzentos euros e sessenta e nove cêntimos, acrescida de juros de mora vencidos no valor de dois mil e vinte e quatro euros e vincendos, desde a data do início da instância até ao integral pagamento. Aproveitou para dar conhecimento de um outro processo da firma Construções Ferreira que aguarda seja proferida decisão da sentença. Existe uma outra ação intentada por um funcionário, relativamente, ao processo de avaliação em que foi anulado o respetivo procedimento de avaliação. Quanto ao pagar juros porque "não quiseram" pagar, esclareceu que não puderam pagar porque legalmente não o podiam fazer, por a dívida não ter reflexo na contabilidade e não haver qualquer procedimento. Se o fizessem estavam a ser inteiramente responsáveis pelo seu pagamento. Adiantou que quem é responsável pela despesa não é quem a faz mas quem a paga. A qualquer momento poderiam ter uma inspeção geral do Tribunal de Contas, da IGF e da DGAL relativamente ao pagamento desta despesa e poderiam ser obrigados a pagá-la do próprio bolso, referindo que a única maneira de pagar estas faturas é serem obrigados pelo Tribunal.. Esclareceu que existem despesas em que há evidências que foram feitas, mas que não foram quantificadas. Exemplificando com o caso da limpeza da Ribeira que passa ao lado da Câmara em que são mencionadas dezasseis horas e não existe ninguém que testemunhe que esse trabalho foi executado. Deu outros exemplos de trabalhos para os quais também não há evidências. Passou a ler uma das fundamentações apresentadas pelo anterior Presidente da Câmara: " *confirma ter solicitado ao autor a execução dos trabalhos descritos no documento que juntou, o que este cumpriu, não lhe tendo sido pago preço devido por essas obras que eram de natureza urgente e inadiável pelo que foram solicitadas sem qualquer procedimento prévio. Era prática corrente do executivo anterior mandar executar de imediato obras urgentes recorrendo normalmente ao autor e que apenas eram faturadas pelo autor quando houvesse disponibilidade da tesouraria da Câmara,*



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

mais acrescentou saber que a dívida ao autor rondaria cerca de cinquenta mil euros". De acordo com o referido o Senhor Presidente disse que não sabe onde surgiram estes trabalhos porque não existe documentação na Câmara relativamente a este valor, citando ainda " que é comum e é notório que em pequenos Municípios em que graça ao facilitismo com base em relações de confiança, o que sucedeu em relação à entrada do novo regime de contratação pública" O Senhor Presidente explicou que para atos urgentes e inadiáveis existem situações pontuais que podem usar este mecanismo, mas que nos próximos cinco dias seguintes têm de desencadear o respetivo procedimento concursal e explicar a urgência , ou seja, têm de fazer um despacho e explicar as razões pela qual o mesmo é urgente e qual é o motivo. As obras em causa reportam ao ano de 2006, 2007, 2008 e 2009, onde disseram que só iriam ser faturadas quando houvesse disponibilidade de tesouraria , mas em outubro de 2013 ainda não tinha havido tesouraria.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Fernando Cruz que, depois de cumprimentar todos os presentes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dois esclarecimentos, um relacionado com a questão que o Deputado Manuel Luís Leitão Morais colocou e o outro respeitante à informação do Senhor Presidente , página 1/5 da informação evolutiva do Município ou seja evolução financeira, em que relata questões do empréstimo do PAEL e toda a evolução , com a entrada da ultima tranche correspondente a vinte por cento do total do empréstimo, com a liquidação, as devoluções que houve, o que está ainda a pagamento que é uma verba meramente residual. Outra questão estratégica e fundamental para o Município- o Fundo de Apoio Municipal - em que esta Assembleia debateu, em vinte e sete de fevereiro passado, de forma consistente, até à exaustão , com a presença de um consultor com experiência nestas questões, porque realmente era estratégico para o Município seguir com Apoio do Fundo Municipal. Na referida data de vinte e sete de fevereiro aprovaram o empréstimo de sete milhões setecentos e vinte sete mil e setecentos e vinte euros e setenta cêntimos e ainda existia uma verba para passivos contingentes de três milhões e noventa e oito mil noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos.. Referiu que depois desta situação não houve mais informação. O Senhor Presidente informou que já tinha autorização para prosseguir com o empréstimo financeiro, mas dado a evolução da Câmara esta deixou de estar em rutura e passou para uma situação, menos grave podendo recorrer a um empréstimo financeiro mais favorável. Essa situação originava uma consulta à Banca que nas palavras e nos fundamentos que foram relatados, era muito mais vantajosa, mas que nenhum Deputado desta assembleia teve essa informação e não sabe o resultado desta consulta ao mercado. Em relação à questão do Deputado Luis Leitão Morais , a noticia vem no jornal e não sabe qual foi o motivo da notificação do Tribunal de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Contas para a possibilidade de uma eventual coima aos vereadores que estavam presentes, na altura, em que o Senhor Presidente também o era e não foi penalizado e os outros dois vereadores, Afonso Viegas e Joaquim Rodrigues, pelos quais tem muita consideração, poderem ser contemplados numa eventual coima. Relativamente à sua pessoa e como vereador de então, informou que recorreu e irá recorrer de novo, mas que o Senhor Presidente não pagou e os outros dois vereadores vão pagar, pedindo esclarecimentos sobre esta situação. Considera que o que era importante era a solidariedade entre quem estava.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que se penitenciava pelos dois assuntos relatados em que considera que foi um lapso da sua parte não referir a questão do desenvolvimento da consulta no âmbito do FAM, pedindo desculpa. Nesta senda, informou que após autorização da Câmara Municipal foi encetado um procedimento de consulta aos bancos para saber se havia possibilidade de contratualizar um empréstimo de saneamento financeiro que tivesse condições mais vantajosas que o FAM. A consulta foi feita num período bastante crítico da Banca. Apenas houve uma resposta favorável da Caixa de Crédito Agrícola para um valor muito inferior àquele que era o pretendido e nenhuma das outras Instituições Bancárias estavam disponíveis para este fim. Perante toda esta situação e depois de terem conferenciado e discutido o assunto com o consultor e em reunião de Câmara foi encetado um segundo procedimento, com os mesmos valores, mas que está a ter uma abordagem diferente, estando convencidos que desta vez a situação vai ter um desfecho positivo.

Referiu-se, à segunda questão colocada, para dizer que a multa aplicada aos ex-vereadores tem a ver com o facto de em 2009 se ter ultrapassado o endividamento líquido e que ele não foi notificado para o pagamento da dita coima, porque apresentou defesa aquando da notificação do Tribunal de Contas e os Senhores Vereadores do PS não o fizeram no pressuposto de que em 2009 quando foi votada a prestação de contas já não estariam na gestão, mas efetivamente estavam e não fizeram essa defesa. Irão recorrer, naturalmente, como o fez o Senhor Deputado. Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois ponto três: **PAEL – RELATÓRIO DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2016 (ALINEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO)/ACOMPANHAMENTO.**

Para apresentar este ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fez uma breve síntese do documento sob análise, referindo-se à execução da receita numa ótica de recebimentos e à execução da despesa numa ótica de pagamentos, devidamente espelhada no documento em apreço. Deu nota ainda das transferências efetuadas para a Combanima e Profiacademus e também dos primeiros valores para o pagamento da dívida à Agência de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Desenvolvimento e Coesão relativo ao reembolso QREN. Terminou a sua intervenção colocando-se à disposição para eventuais questões sobre este assunto. Não havendo qualquer pedido de intervenção foi considerado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste Relatório.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: **RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 1º SEMESTRE DE 2006(ALINEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) APRECIACÃO.**

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este disse que o relatório mostra a continuação do trabalho que têm vindo a fazer-se em termos da evolução financeira, referindo que estão no bom caminho da diminuição da dívida, embora este relatório evidencie as situações que ainda não houve a possibilidade de resolver e que condicionam muito a vida do Município, com é o caso do encerramento da escola PROFACADEMUS e da Combanima por existência de dívidas bancárias, embora já fossem reduzidas mas ainda não teve a possibilidade de as pagar na sua totalidade. A questão da dívida da DãoGes que funciona como dívida indireta do Município. A questão da devolução das verbas ao QREN, as dívidas a fornecedores que começam a cair agora para o Município pagar. Referiu que são, estas, as grandes preocupações do Executivo, que colocam em causa uma evolução favorável, como era desejável. Colocou-se à disposição para eventuais questões sobre este assunto. Não havendo qualquer pedido de intervenção foi considerado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste Relatório.

Passou-se para o ponto dois ponto cinco: **LEI Nº 5- A/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS=FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2016, A APLICAR EM 2017=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este começou por dizer que a Lei das Comunicações Eletrónicas estabelece a existência de uma taxa municipal dos direitos de passagem e que a Câmara Municipal aprovou o percentual desta em 0,25% e que agora coloca à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o ponto a discussão. Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Amaral que fez a intervenção constante do anexo nº 3 desta ata e dela fazendo parte integrante. Finda a sua intervenção, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal congratulando-se com a chamada de atenção do Senhor Deputado Jorge Amaral. Sugeriu que a Assembleia Municipal votasse um voto de protesto sobre este assunto, dizendo que irá enviar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal os ofícios que têm sido remetidos às operadoras, relativamente à deficiência da rede móvel, exemplificando com as dificuldades verificadas com a PT na colocação da fibra



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ótica em locais muito próximo das habitações. Interveio de novo o Senhor Deputado Jorge Amaral para dizer que esta semana leu no Jornal que estão a existir queixas reiteradas, em diferentes concelhos e cidades, dos maus serviços que estão a ser prestados. Concorda que, através deste órgão deliberativo, seja apresentada uma queixa fundamentada dos péssimos serviços a que estão sujeitos, exemplificando com o seu caso pessoal em que também está a ter um péssimo serviço com valor muito elevado. Nos jornais este assunto tem vindo a ser destacado e neste sentido era oportuno seguir com uma moção dirigida à ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações). Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia sugerindo que combinassem quem vai redigir essa moção. Passando à votação do ponto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar o percentual da TMDP em 0,25% , em 2016 e a aplicar em 2017.

Passou-se para o ponto dois ponto seis: **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) (1º DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)=PROPOSTA DE FIXAÇÃO EM 5% DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2017, A COBRAR EM 2018=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este começou por dizer que, em virtude das obrigações a que o Município ficou sujeito com a aprovação do PAEL, se veem obrigados a propor a fixação em 5% da taxa de participação variável no IRS, a aplicar no ano de 2017 , a cobrar em 2018. Aberto o ponto a discussão e como não houve pedidos de intervenção , o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação, tendo a proposta em apreço sido aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto sete: **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) (ARTº 112º DO CIMI, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL=FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2016 A COBRAR EM 2017=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este começou por dizer que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o executivo aprovou a taxa de IMI em 0,45% para prédios urbanos, embora os municípios abrangidos por programa de apoio à economia local possam determinar que a taxa máxima seja de 0,5% se entenderem que é indispensável para o cumprimento dos objetivos do respetivo plano. Entendem que, com o percurso que estão a fazer e fruto desse percurso, podem prescindir em favor dos municípios desse diferencial de 0,05%, o que vem trazer um benefício fiscal para os municípios. Continuou, dizendo que o executivo aprovou a taxa de 0,8 para os prédios rústicos e aprovou também a majoração em 30% da taxa do IMI para os prédios degradados . Colocou-se à disposição para eventuais



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões sobre este assunto. Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta em apreço a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, fixando, ao abrigo do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação, a taxa de 0,45% para os prédios urbanos, a taxa de 0,8% para os prédios rústicos e a majoração em 30% da taxa do IMI para os prédios degradados.

Passou-se para o ponto dois ponto oito: **LANÇAMENTO DE DERRAMA (ALÍNEA B) DO ARTº 14º E ARTIGO 18º AMBOS DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO), PARA O ANO DE 2016, PARA VIGORAR EM 2017=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este começou por dizer que vão manter a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas. Esclareceu que, como acontece com os restantes impostos, no âmbito do PAEL são obrigados a mantê-lo à taxa máxima. Colocou-se à disposição para eventuais questões sobre este assunto. Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta em apreço a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o lançamento em 2016, a cobrar em 2017, de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), nos termos da Lei em vigor. De referir que, no momento da votação, se encontrava ausente o deputado Domingos Manuel Costa Marques

Passou-se para o ponto dois ponto nove: **PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Para apresentar este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Município de Santa Comba Dão, designada por ARU, é um instrumento fundamental para que o Município se possa candidatar a fundos comunitários no âmbito da Requalificação Urbana, adiantando que está já a ser elaborado o Plano de Ação para a Urbanização Urbana – PARU, para o submeter ao executivo e posteriormente à Assembleia Municipal. Deu nota que a delimitação da ARU esteve em discussão pública e que, no âmbito da mesma, foi efetuada uma sessão pública de esclarecimento, no Auditório Municipal, na sua opinião, pouco participada. Não foi registado qualquer participação, no decurso da consulta pública, pelo que a Câmara Municipal manteve a versão aprovada em reunião ordinária de 28 de junho de 2016, como versão final, submetendo-a a aprovação da Assembleia Municipal. Nesta senda, fez a apresentação



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da delimitação da ARU, elaborada para a sessão pública de esclarecimento. A proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Município de Santa Comba Dão decorre da necessidade de criar estímulos à reabilitação e revitalização urbana na área da sede do Município, e, em segundo lugar, da pertinência desses estímulos serem enquadrados numa estratégica integrada de reabilitação urbana, articulada com o programa de investimentos públicos a concretizar. Relativamente à questão do porquê só uma Área de Reabilitação Urbana e não mais Áreas de Reabilitação Urbana, explicou que foram as orientações da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), que determinaram uma área de reabilitação urbana, coincidente, com o centro urbano do sede do concelho, porque todos os critérios que depois surgissem nas candidaturas para a Reabilitação Urbana teriam a ver com esse enquadramento e foi o que aconteceu.. Não quer dizer, com isto, que o Município não possa , no futuro, vir também a aprovar outras Áreas de Reabilitação Urbana, por exemplo, em cada umas da Freguesias e dar-lhes as mesmas condições de incentivos fiscais que dá para estas obras que agora aparecem nesta Área de Reabilitação Urbana. Disse ainda que os documentos que fundamentam a delimitação da ARU são :-memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; planta com a delimitação da área abrangida e quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, para os efeitos contidos no artigo 14º.do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. Feito o enquadramento legal da delimitação da ARU, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota dos objetivos que a moveram, nomeadamente promover a revitalização e a atratividade económica e fomentar o turismo, a cultura e o lazer; revitalizar o tecido económico na ARU; potenciar a elaboração e execução de projetos âncoras; requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva, promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação; incentivar e facilitar a reabilitação do edificado com valor patrimonial e histórico e dinamizar a reabilitação do tecido urbano degradado, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade; requalificar e revitalizar o espaço delimitado pela ARU; promover a proteção e valorização do património cultural edificado como fator de identidade e diferenciação urbana; promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos e promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada., de forma a melhorar as condições de mobilidade urbana e a potenciar o desenvolvimento de um espaço urbano inclusivo. A concretização destes objetivos passa pelo desenvolvimento de um projeto diferenciador em termos de soluções residenciais e urbanas , onde o intercâmbio urbano-rural deve ser dinamizado , a oferta turística deve ser potenciada em rede e o reforço



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da atratividade deve dirigir-se para novos segmentos da procura. Para a elaboração deste estudo tiveram de se socorrer de uma empresa de consultadoria, uma vez que o Gabinete de Planeamento embora tivesse condições para o fazer, as condições temporais e de experiência concreta deste facto, assim o obrigaram, por estarem com muito trabalho. Continuou a sua intervenção dizendo que esta área abrange todo o núcleo do centro histórico de Santa Comba Dão, desde Santa Comba Dão a Couto de Mosteiro e abrange uma franja da União de Freguesias de Treixedo Nagozela, mais concretamente o Granjal e, ainda, na União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro, no lugar de Vimieiro, desde a escola Cantina Salazar, abrangendo toda a zona da estação até ao início da Ecopista. Tem a ver fundamentalmente, por um lado, com os projetos que se pretendem dinamizar no centro interpretativo do estado novo, no âmbito da reabilitação de toda a zona da estação. A partir do momento em que seja criada a acessibilidade da Ecopista, será criado ali um espaço de desenvolvimento económico. No que diz respeito a Treixedo, ou seja, o Granjal, tem a ver com a possibilidade de um dia se poder vir a fazer a marginal do Granjal e também o desenvolvimento do espaço termal do Granjal, onde se perspetiva, a curto prazo, a construção de um espaço de alojamento local. Relativamente a Santa Comba Dão têm o espaço da Memória junto à ponte velha do Rio Dão que querem requalificar e integrar um projeto que está em marcha da rota da Batalha do Buçaco. Santa Comba Dão tem referências que relatam e perpetuam a passagem dos franceses no nosso território. A ideia é criarem um conjunto de Municípios que, em rede e em parceria, possam realizar um conjunto de intervenções no âmbito da dinamizações cultural e económica e que possam ter capacidade de atrair turistas de todo o País e até do estrangeiro. É importante requalificar o espaço da Memória e permitir que este espaço seja circulável. Revitalizar uma via que foi já estruturante para os mais velhos que habitavam do outro lado do concelho, a via Cova. A Ribeira das Hortas tem prevista a requalificação da antiga central elétrica como um espaço museológico e pedagógico, potenciando a dinamização da energia como um fator de desenvolvimento económico e como um fator de vida. A requalificação da antiga carpintaria que tinha como função original, o lagar de azeite. Pretendem, simultaneamente, requalificar toda zona Ribeirinha e prolongar o passadiço que, no futuro, irá até à ponte velha. Numa primeira fase e tão cedo quanto possível pretendem requalificar os primeiros moinhos. Este projeto está a ser preparado para que se faça a candidatura. A montante da Ribeira das Hortas, têm a requalificação de alguns espaços, nomeadamente, a Casa dos Arcos, a Capela da Nossa Senhora da Conceição, requalificar e adaptar a antiga Casa Paroquial em espaço museológico, os Paços do Concelho em que a cobertura está a precisar de manutenção urgente, o Bairro do Cajarana e o mercado municipal num espaço moderno e polivalente que possa mover inúmeras iniciativas culturais e económicas. O investimento em imóveis a realizar no âmbito da ARU beneficia de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

várias e importantes vantagens do ponto de vista fiscal para além das relativas aos impostos municipais sobre imóveis, designadamente no que se refere ao IRS, ao IRC, ao IMT e ao IVA, que pormenorizou. Referiu ainda os instrumentos de incentivo financeiro que dependem diretamente do Município, nomeadamente redução de 50% das taxas relativas a urbanização; edificação. reforço de infraestruturas e utilização e aproveitamento do domínio público municipal em obras de reabilitação de edifícios; redução, durante três anos, em 50% de taxas relativas a ocupação da via pública e publicidade em estabelecimentos de atividades económicas a funcionar em edifícios reabilitados; redução de cinquenta por cento do valor das taxas de entrada e apreciação de processos de obras, realizados em imóveis localizados na ARU previstas no regulamento municipal em vigor; redução de 25% do valor das taxas inerentes à emissão de alvará de licença de obras ou à admissão de comunicação prévia de obras relativas a ações de reabilitação realizadas em imóveis localizados na ARU. Referiu a possibilidade de virem a ter outros incentivos, como por exemplo, a celebração de protocolos com entidades gestoras de instrumentos financeiros tendo em vista facilitar o acesso ao crédito e apoio técnico na identificação de fontes de financiamento dirigidas à reabilitação urbana que permita aos promotores projetos de reabilitação urbana, públicos e privados, aceder aos fundos estruturais disponibilizados no âmbito da política de coesão da União Europeia. Concluiu a sua intervenção dando nota de alguns projetos de requalificação urbana, já iniciados, colocando-se à disposição para eventuais questões sobre este assunto. Interveio o Senhor Deputado Marco Varela questionando o ponto de situação do projeto do Centro Interpretativo do Estado Novo, independentemente de estar ou não englobado na ARU. O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que as obras de requalificação urbana dizem apenas respeito a obras propriamente ditas e o que não é obra física não entra nesta candidatura de requalificação urbana pelo que terão de encontrar outras fontes de financiamento para aquilo que é a animação, ou seja, o desenvolvimento do projeto do ponto de vista cultural. Este projeto continua a ser um projeto muito caro e estão a trabalhar nele numa lógica intermunicipal. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Município de Santa Comba Dão a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, dando-se aqui por reproduzida na íntegra depois de assinada pela Mesa.

Passou-se para o ponto dois ponto dez – **PROPOSTA DO NOVO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Para apresentar este ponto foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

dizer que a nota justificativa da proposta deste novo regulamento apresenta os motivos que levaram à sua elaboração e que têm a ver fundamentalmente com a clarificação de alguns conceitos e com a simplificação administrativa no que diz respeito às medidas do balcão do empreendedor e outras semelhantes. Depois de ter lido algumas partes da nota justificativa e feita e feita a sua explanação, o Senhor Presidente colocou-se à disposição dos senhores deputados para eventuais questões sobre este assunto. Não havendo nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta do Novo Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público de Santa Comba Dão a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade, dando-se aqui por reproduzida na íntegra depois de assinada pela Mesa.

Passou-se para o ponto dois ponto onze— REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÕES HONORIFICAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO=CONSELHO MUNICIPAL DE DISTINÇÕES HONORIFICAS (ARTº 27º)= SUBMISSÃO Á ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS FINS PRECONUZADOS NA ALÍNEAS B) E C) DO ARTº 27º DO RADHM=DESIGNAÇÃO DE UM DEPUTADO MUNICIPAL POR CADA GRUPO POLITICO REPRESENTADO NA AM E ELEIÇÃO DE DOIS MUNICIPES.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, neste ponto, referiu que o Regulamento de Atribuição de Distinções Honorificas do Município de Santa Comba Dão prevê a criação de um Conselho Municipal de Distinções Honorificas a quem compete emitir parecer prévio obrigatório,mas não vinculativo, sobre qualquer proposta apresentada ao executivo, neste âmbito. O Conselho integra vários elementos e o que agora é solicitado à Assembleia Municipal é que indique um representante por cada grupo parlamentar e que sejam eleitos dois munícipes para fazer parte do Conselho. Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal convidou os Deputados a fazer as propostas dos nomes dos representantes dos respetivos partidos e depois dos representantes dos munícipes. Nesta esteira, começou por tomar a palavra a Senhora Deputada Edite Cruz, que, em nome da bancada do Partido Socialista, indicou o deputado César Fernando Lima Branquinho e o munícipe João Duarte Boto Martins . O Deputado do CDS/PP, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, indicou a sua pessoa e juntou-se ao PS na indigitação do munícipe João Duarte Boto Martins. Por último, o Deputado Fernando Cruz , em nome do PPD/PSD, indicou o deputado Luís Pereira e como munícipe António Maria de Oliveira Matos . Posta a votação a proposta com os nomes antes referidos, a Assembleia Municipal deu-lhe a sua unânime aprovação.

Passou-se para o ponto dois ponto doze- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/FALTA DE EFETIVOS DA



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

GNR=ELABORAÇÃO DE MOÇÃO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a intervenção da Deputada Edite Cruz para, em nome dos três grupos parlamentares, representados, PS, PSD e CDS-PP, apresentar a moção sob a epígrafe **"AUMENTO DO NÚMERO DE EFETIVOS DA GNR NO POSTO TERRITORIAL DE SANTA COMBA DÃO"**, moção esta, aprovada, na reunião da Câmara Municipal de 13 de setembro último, e que os Deputados dos grupos parlamentares, supracitados, também subscreveram e aprovaram na íntegra. Depois de lida a moção, que constitui o anexo quarto desta ata e dela fazendo parte integrante, foi a mesma posta a votação e aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto treze- **2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal este justificou a apresentação desta segunda revisão com a necessidade de se proceder à inscrição de novos projetos no PPI, no âmbito do PARU, que pretendem ainda durante este ano iniciar, pelo menos, em termos de candidatura e, eventualmente, procedimento concursal. Referiu, ainda, que o valor global do orçamento se mantém com a aprovação desta revisão. Concluiu, dizendo que como se trata de uma revisão ao orçamento tem de ser aprovada pelo órgão deliberativo, acompanhada com a apreciação técnica por parte da DGAL, no âmbito do PAEL, que foi recebida hoje, mas distribuída previamente pelos Senhores Deputados, colocando-se à disposição destes para eventuais questões sobre esta revisão. Não havendo nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a 2ª Revisão ao Orçamento e às Gop's para o ano económico de 2016 a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade, dando-se aqui por reproduzida na íntegra depois de assinada pela Mesa. De referir que, no momento da votação, se encontrava ausente o Deputado Marco Paulo Antunes Varela.

Terminados os trabalhos da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro secretário, César Branquinho, para ler a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, tendo sido registados os pedidos de intervenção de Clara Maria Pais Alexandre, de Santa Comba



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Dão e António José Corveira de Sousa, residente no Coval.

Começou por intervir o Senhor António José Corveira de Sousa, que colocou uma questão respeitante ao empreiteiro Pedro Manuel Soares Ricardo e à dívida que totaliza um montante de cinquenta e sete mil duzentos euros e cinquenta e nove cêntimos, perguntando se a Câmara Municipal vai assumir esta dívida ou recorrer. Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Clara Maria Pais Alexandre que começou por questionar o ponto de situação das ETAR do concelho e se a intervenção feita na ETAR de Santa Comba Dão se considera satisfatória; Reportou-se ao regulamento de abastecimento e distribuição das águas para saber se este está ou não aprovado. Informou que após algumas pesquisas verificou que existe tarifário social a nível do concelho e não existe nenhuma família a usufruir de taxas sociais de abastecimentos de água porque as pessoas desconhecem, não só aqui mas a nível nacional. Alertou este ponto para possivelmente ser debatido na Associação de Municípios ou nas Águas do Planalto ou a nível da Autarquia. Por último, referiu-se à modernização da rede pública, porque não só tem vantagens do ponto de vista ambiental, como também tem do ponto de vista da fatura, alertando para o facto de se conseguir modernizar as lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, que muitas vezes estão contratualizadas com a própria EDP. Disse que possivelmente não existe esse tipo de contrato com o Município, mas gostaria de saber se a situação está a ser orientada neste sentido. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento dos munícipes. O Senhor Presidente começou por responder à questão do Senhor António José Corveira de Sousa dizendo não ter ainda resposta por os advogados estarem a analisar a situação. No que diz respeito às questões colocadas pela Senhora Clara Maria Pais Alexandre e relativamente à ETAR de Santa Comba Dão informou que esta sofreu uma intervenção e que cumpre todos os parâmetros que são exigidos para que se mantenha licenciada, estando-se a cumprir, religiosamente, as condições para funcionar. Informou, que no Rojão Pequeno tinham uma ETAR, com tratamento através de lagoa de macrófitas que necessitava de uma intervenção urgente e resolveram substituí-la por uma ETAR compacta das mais modernas, faltando apenas ligar as bombas, o que deve acontecer em breve. Em relação às outras ETAR têm uma equipa permanente a fazer a reabilitação e vão tentando que elas funcionem o melhor possível, pretendendo licenciar mais algumas no próximo ano. Relativamente à questão do regulamento de abastecimento e distribuição de água, referiu que existiu alguma dúvida acerca de quem era a responsabilidade da elaboração do regulamento se do Município se da Associação de Municípios do Planalto Beirão. A ERSAR teve dúvidas sobre esta matéria e fez um pedido de esclarecimento à DGAL, tendo



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Q

esta informado que quem tem a competência para a elaboração dos regulamentos é a Associação de Municípios Planalto Beirão e não os Municípios. A Associação de Municípios do Planalto Beirão vai aprovar , na próxima Assembleia Intermunicipal, o regulamento que já tinha sido apresentado para parecer da ERSAR, o qual mereceu críticas de melhoria e de suprimento de irregularidades. No que diz respeito às tarifas sociais o que ficou acordado e uma vez que se trata do mesmo operador a competência será dos Municípios e está a ser elaborado um regulamento tipo com critérios iguais para todos os Municípios, mas após a aprovação do regulamento, esperando tê-lo rapidamente em funcionamento. Relativamente à modernização da rede de iluminação pública foi assinado um protocolo entre a Associação de Municípios e a EDP no sentido de, futuramente, todas as substituições de lâmpadas serem substituídas por lâmpadas LED, ou seja, a EDP a partir de então não coloca outras lâmpadas que não sejam LED. Concluiu a sua intervenção, dizendo que existem medidas em que fazem a substituição das luminárias sem investimento inicial , sendo a amortização feita à custa da poupança e que está a ser analisada essa situação para se saber até que ponto é que em alguns espaços se justifica a colocação de luminárias LED.

Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e participação de todos, dando pelas dezoito horas por encerrada a sessão, dela se lavrando a presente ata que depois de votada e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Anexos:

- 1-Voto de pesar
- 2-Grupo Parlamentar do PPD/PSD- Educação (Arranque do ano escolar 2016/2017)
- 3- Intervenção do Deputado do PS, Jorge Amaral
- 4-Moção " Aumento do número de efetivos da GNR no posto territorial de Santa Comba Dão

União das Freguesias de Santa Comba Dão
União das Freguesias de Santa Comba Dão

Anexo I

VOTO DE PESAR



O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA APRESENTA UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SRA. D. MARIA DO CARMO DE SOUSA SÁ ALMEIDA DE ANDRADE FERREIRA, QUE EXERCEU FUNÇÕES DE PROFESSORA, COORDENADORA DO ENSINO RECORRENTE E DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO.

SANTA COMBA DÃO, 30 DE SETEMBRO DE 2016.

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA





Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores,
Caros colegas deputados Municipais
Excelentíssimo Público
Comunicação Social

= EDUCAÇÃO =

(Arranque do ano Escolar 2016/2017)

- **Temos conhecimento** que nos centros educativos (sobretudo no Centro educativo Norte) **existem carências** no que diz respeito a Recursos Humanos, fundamentalmente para apoio ao **acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais**, situação que nos preocupa, pois no nosso entender, se há matéria em que não podemos olhar a custos, é no apoio/cuidados a prestar com estes alunos.

Isto preocupa-nos, na medida em que ~~se~~ se trata de **uma situação que se encontrava perfeitamente estabilizada pelo anterior executivo**, nomeadamente com recurso a POC's, pelo que **gostaríamos de ver aqui clarificado** pelo Sr. Presidente da CM, é **se efectivamente existem essas mesmas lacunas e quando irá solucionar-las**, uma vez que o Sr. Presidente dispõe igualmente de instrumentos, designadamente através do programa CEI+

- **Outra questão** prende-se com o aquecimento do edifício da EB 2,3 que gostaríamos também de saber se efectivamente o problema se encontra ou não resolvido, uma vez que se aproxima o inverno!

Muito Obrigado.

Santa Comba Dão, 30 de Setembro de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,

Marco Varela

Anexo III

Os serviços de rede das novas gerações são uma mais valia para a vida quotidiana dos Santacombadense, serviços esses que estão presente no nosso concelho e que a maioria os munícipes não têm acesso porque as operadoras responsáveis pelos mesmos não querem fazer uma expansão do serviço.

As duas maiores operadoras, Meo e Nos, estão presente no nosso concelho em rede óptica. Há sensivelmente 2 ou 3 anos foram colocados os serviços de fibra em cerca de 40% do território ^{do} nosso concelho, em locais de grande densidade populacional e centros de freguesia. Os Santacombadenses fora da área que acima referi não têm acesso a esse serviço pois as operadores não querem fazer uma extensão do mesmo porque fica-lhes caro o investimento, segundo a informação das mesmas. O que na realidade não é o caso, pois verificamos em muitos locais a passagem destas linhas que poderiam ser utilizadas, passagens essas que estão a metros de distancias das habitações.

Não podemos ficar calados perante toda esta situação e assim, gostaria que CM fizesse chegar às entidades competentes o desagrado desta situação quando nós pagamos imposto por direitos passagem das redes e não usufruímos das mesmas ou até mesmo fazer um voto de protesto. Também fazer chegar o nosso descontentamento sobre o mau serviço da rede de telemóvel que alguns dias atrás deixaram os Santacombadense mais uma vez sem comunicações nomeadamente a rede Meo. Já a 28 de junho o Sr Presidente da Assembleia Municipal fez-nos chegar um e-mail sobre as dificuldade de acesso a comunicações móveis, sobretudo nas áreas montanhosas do distrito de Viseu, penso que está na altura de exigir melhores condições.

Nos dias de hoje é lamentável toda esta situação, não é só fundamental ter tecnologia de ponta mas também ter o serviço que a acompanhe, esse serviço temos no concelho mas não usufruímos do mesmo.

Santa Comba ~~Ant~~, 30 de Setembro de 2016

31

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MOÇÃO

AUMENTO DO NÚMERO DE EFETIVOS DA GNR NO POSTO TERRITORIAL DE SANTA COMBA DÃO

Considerando que:

Foram levantadas algumas questões na última reunião do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, que se traduzem na preocupação relativa ao impacto que a eventual carência de efetivos no Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana possa ter na segurança dos municípios;

Esta preocupação, de acordo com o Comando dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, também se manifesta, por vezes, numa resposta nem sempre célere, quanto necessária, nomeadamente nas situações de ocorrência de acidentes rodoviários que exigem a presença da autoridade;

A falta de efetivos junto das escolas e centros escolares do concelho, no âmbito do projeto "Escola Segura" foi também referenciada pela Associação de Pais;

Sendo, a presença dos militares da GNR, a face visível da perceção de um sentimento de segurança junto das populações do nosso concelho, especialmente junto dos mais frágeis e vulneráveis, como as crianças e os idosos e imprescindíveis no seu contributo para a existência de paz social das nossas comunidades;

A situação de carência de militares da GNR, afetos ao Posto Territorial de Santa Comba Dão, poderá ter alterado preponderante e criticamente os níveis de atuação e prontidão, nomeadamente nas áreas supra referidas, a Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, entende que não pode aceitar a redução de efetivos da GNR no seu concelho, tendo em conta que, uma resposta mais lenta em casos de emergência e menos homens afetos a esta unidade territorial, com perda de visibilidade junto das populações, são fatores que podem propiciar, a perceção de um sentimento de insegurança junto das populações e dos agentes económicos e o aumento da criminalidade, o que consideramos inaceitável e que de forma veemente, não agrada a Santa Comba Dão e aos Santacombadenses.

Assim, a Assembleia Municipal, exige da Tutela, o reforço tão urgente quanto possível dos efetivos da GNR no Posto Territorial de Santa Comba Dão.

Santa Comba Dão, 30 de setembro de 2016.

Moção conjunta dos deputados do PS, PPD/PSD e CDS/PP, aprovada em sessão ordinária de 30 de setembro de 2016

Os Representantes,

PS - *[Signature]*
PPD/PSD - *[Signature]*
CDS/PP - *[Signature]*

32
[Signature]